

Considerações sobre os estudos do comércio na obra de Maquiavel

Igor Ferreira Fontes³⁹

Resumo:

A presente comunicação tem por objetivo analisar os estudos encontrados sobre o tema do comércio na obra de Nicolau Maquiavel. Esta comunicação consiste num recorte da pesquisa em desenvolvimento no mestrado, com apoio da CAPES, cujo tema é a relação entre o comércio e as instituições republicanas na obra de Maquiavel. Como o objetivo momentâneo é analisar os estudos de comentadores sobre o tema, a metodologia a ser aqui utilizada é a revisão sistemática para as fontes secundárias; quando for necessário retornar às fontes primárias, isto é, aos textos de Maquiavel, para verificar as teses e argumentos apresentados pelos comentadores, a metodologia a ser utilizada é a estruturalista, a fim de se manter maior fidelidade ao argumento maquiaveliano.

A seleção dos textos dos comentadores foi feita por meio de buscas no portal de periódicos da CAPES, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no site e GTs da ANPOF, no Google Acadêmico, e no Academia.edu. Cabe destacar que, nos resultados encontrados, não se localizou nenhum texto que tratasse exclusivamente do comércio; contudo, em duas teses de doutorado defendidas no Brasil, a questão do comércio recebeu atenção em alguns momentos, sobre os quais esta comunicação se debruçará. Uma dessas teses, a de Aldo Fornazieri (2006), é em Ciência Política, enquanto a outra, de Nilo Henrique Neves dos Reis (2010), é em Filosofia: na primeira, Fornazieri se ocupa da questão do bom governo para Maquiavel e, no começo do oitavo capítulo, tece breves comentários sobre o comércio; na segunda, Nilo dos Reis se propõe a fazer uma comparação entre Maquiavel e David Hume, dedicando o quinto capítulo de seu trabalho à crítica que Hume faria a Maquiavel a respeito do comércio.

Aldo Fornazieri, ao se ocupar da relação entre *virtù* e fortuna na questão da determinação e indeterminação da política, argumenta que Maquiavel trata o problema em dois planos diferentes. No primeiro plano a *virtù* teria como oposição principal a corrupção, não a fortuna, e se apresentaria no campo do bom e adequado ordenamento institucional e social; no segundo plano a *virtù* se apresentaria no campo das ações humanas e se definiria como um conjunto de capacidades capazes de estabelecer uma orientação de sentido em

³⁹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduado em Filosofia – Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

relação aos interesses e finalidades e definir atitudes fundamentais para se resistir às conjunturas adversas ou a realizar as potências inscritas nas diversas conjunturas (FORNAZIERI, 2006, p.239). É na perspectiva do primeiro plano que a questão do comércio é abordada: Fornazieri apresenta três vetores nos quais a manutenção da *virtù* e do combate à corrupção se inscreve (as condições de existência da república, as qualidades e capacidades dos governantes, e as qualidades e capacidades do povo).

O comércio, enfim, aparece no primeiro vetor: as condições de existência da república dizem respeito à organização do Estado e o estabelecimento e perdurabilidade da *virtù* republicana, além das exigências relativas à fundação, natureza das leis e instituições e da religião, também estão implicadas no modo de vida econômico e social da república (FORNAZIERI, 2006, p.240). Retornando a *Discorsi*, I, 55, Fornazieri entende que, para Maquiavel, o comércio seria um dos principais fatores de corrupção das repúblicas: os comentários do secretário florentino sobre a pureza dos costumes e a observância das leis pelos alemães de seu tempo se explicariam pelo fato de os alemães tirarem seu sustento da terra e o comércio com outros povos ser quase inexistente, de modo que esta atividade não exerceria sua função erosiva dos costumes. Segundo o comentador, “[...] Maquiavel via, sem dúvida, o comércio como um fator de corrupção dos bons costumes das repúblicas” (FORNAZIERI, 2006, p.240), o que o levaria a preferir uma economia agrária:

Ao apresentar o comércio como um dos fatores principais da corrupção das repúblicas, Maquiavel, sem dúvida, paga um tributo à concepção antiga e medieval quanto ao efeito negativo desta atividade sobre os costumes virtuosos dos povos. [...] Desta forma, para Maquiavel, a virtude republicana é mais suscetível de perdurar nas repúblicas simples e agrárias, de natureza autárquica. Estas repúblicas, de modo geral, não praticam o comércio com outros povos ou o praticam em pequena escala. (FORNAZIERI, 2006. p.240).

Fornazieri, contudo, acrescenta que Maquiavel não impossibilita a existência de uma relação estável entre república e comércio. Ainda recorrendo a *Discorsi*, I, 55, ao observar a atenção de Maquiavel aos gentis-homens venezianos, Fornazieri conclui que Maquiavel não realiza uma oposição extrínseca entre república e comércio, entendendo que o problema estaria, na realidade, na existência da aristocracia:

[...] Os “*gentiluomini*” expressavam um grupo social que se dedicava ao comércio. Suas condições de existência estavam longe de articular um modo tradicional de existência de uma aristocracia ociosa, que vivia de bens de raiz, encastelada, e que tivesse súditos a seu dispor. Em Veneza as riquezas dos “*gentiluomini*” eram mercadorias e objetos, observa Maquiavel, caracterizando as condições de uma burguesia comercial. Desta forma, resguardada a preferência de Maquiavel, a oposição fundamental é entre república e aristocracia, no sentido tradicional do termo. República e burguesia comercial são termos que não articulam uma oposição extrínseca. [...] (FORNAZIERI, 2006, p.243, itálicos do autor).

Nilo dos Reis, por sua vez, segue a crítica de Hume a Maquiavel e entende que o florentino, ao deixar de mencionar o comércio em seus escritos, gerou uma enorme lacuna em sua teoria política. O comentador parte de um trecho do ensaio *Da liberdade Civil*, de Hume:

O comércio nunca foi considerado uma questão de Estado, até o século passado e é raro encontrar qualquer autor político antigo que lhe tenha feito referência. Mesmo os ITALIANOS mantiveram um profundo silêncio em relação ao tema, embora hoje o comércio atraia a maior atenção tanto dos ministros de Estado quanto dos pensadores especulativos. A grande opulência, a grandeza e as conquistas militares das duas potências marítimas [Holanda e Inglaterra] parecem antes ter instruído a humanidade sobre a importância de um comércio extenso (HUME, 2004, p.196-197).

Nilo dos Reis considera que, ao se referir aos italianos, Hume tinha Maquiavel em mente, pois tal comentário aparece após o filósofo criticar o florentino por ter limitado suas observações às fronteiras da Itália (DOS REIS, 2010, p.185). Desenvolvendo a perspectiva humeana para melhor se entender sua crítica, Nilo dos Reis acrescentará, mais adiante:

[...] É evidente, à primeira vista, que as lutas nas cidades italianas estavam associadas ao controle comercial das mesmas e, portanto, para Hume, não é admissível que os italianos não tivessem sequer traçado uma linha sobre o valor do comércio para a cidade. A ausência de compreensão de Hume a Maquiavel talvez seja demasiada, e até anacrônica, porém é uma realidade imediata que as ações políticas, pela direção das cidades italianas, estavam agregadas ao exercício do controle mercantil. [...] (DOS REIS, 2010, p.192).

Após se ocupar da questão do comércio nos escritos de Hume, Nilo dos Reis retorna a Maquiavel a fim de poder comparar a atenção ao tema dada pelo escocês e pelo florentino. Primeiro, cita uma passagem de *O Príncipe*, 3, dedicada à organização de colônias, na qual Maquiavel afirma que os únicos prejudicados numa colônia são aqueles que tiveram seus campos e casas tomados para serem dados aos novos habitantes, mas como tais prejudicados estariam dispersos e reduzidos à pobreza, não constituiriam uma ameaça ao príncipe; em seguida cita uma passagem de *O Príncipe*, 21, na qual Maquiavel afirma que o governante deve animar seus cidadãos a exercerem o comércio, não sobretaxá-los para que os impostos não gerem medo de abrir um negócio e premiar quem pense em expandir o estado. Sobre a primeira passagem, Nilo dos Reis (2010, p.197) entende que Maquiavel parece ir na contramão dos preceitos gerais do mercantilismo; e, ao compará-la com a segunda, ele entende que não se tratam de dois raciocínios distintos, pois “[...] Maquiavel mostra ter pouco conhecimento sobre as transações comerciais, limitando-se apenas a deixar os cidadãos realizando atividades que não o levem a sedição social. Talvez não tenha dado peso à questão. [...]” (DOS REIS, 2010, p.197).

Citando uma passagem de *O Príncipe*, 17, na qual Maquiavel afirma que os homens esquecem mais facilmente a morte do pai do que a perda de seu patrimônio, Nilo dos Reis (2010, p.198) afirma que essa passagem corrobora a perspectiva de que Maquiavel esteve perto de compreender a importância da propriedade para que não haja uma resistência contra quem comanda,

[...] Porém não entendeu, com exatidão, o fenômeno do comércio como uma questão de Estado, uma vez que uma das suas medidas iniciais nas novas colonizações foi o despojamento dos bens daqueles que lá estavam e na crença superficial de que eles não teriam como iniciar um movimento de descontentamento social. [...] (DOS REIS, 2010, p.198).

E conclui:

Se Maquiavel era um excelente observador sobre a administração das cidades italianas, ele ignorou os eventos econômicos que aconteciam na Europa na formação do seu pensamento político. Coube a Hume perceber esse “silêncio” do Florentino sobre um assunto tão importante para o sucesso do príncipe. De que maneira conseguiria a *virtù* para conservar o poder se ele, de fato, negligenciava o valor da seda? Para Hume, o engrandecimento de uma nação ocorreria sob as graças do comércio, embora essa mesma atividade apresentasse especificidades inerentes aos regimes monárquicos e republicanos. (DOS REIS, 2010, p.198).

Tanto o texto de Aldo Fornazieri quanto o de Nilo dos Reis não fazem menção aos escritos de Maquiavel sobre a França e a Alemanha, importantíssimos para se considerar a questão do comércio nas obras de Maquiavel. Nestes, Maquiavel realiza uma descrição sobre a economia e a política desses dois estados, criticando a economia predominantemente agrária dos franceses e descrevendo mais precisamente em que consiste seu elogio à Alemanha; ademais, como observa Patrícia Aranovich (2015, p.10-11), Maquiavel concebe o comércio como uma das formas de Florença se fortalecer; e, por fim, considerando os textos supracitados sobre a França e a Alemanha, Claude Lefort (1990, p.143) afirma que a leitura deles não deixa dúvidas de que Maquiavel, como seus concidadãos, se mostra muito atento ao funcionamento econômico e financeiro do Estado e era capaz de avaliar as questões comerciais.

Em suma, esta comunicação objetiva verificar os argumentos apresentados por Aldo Fornazieri e Nilo dos Reis, usando como fontes primárias *O Príncipe*, *Os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, *a História de Florença*, *o Ritratto di cose di Francia*, *o Rapporto delle cose della Magna fatto questo dì 17 giugno 1508*, e *o Ritratto delle cose della Magna*. Como fontes secundárias serão usados, além dos trabalhos de Fornazieri e dos Reis, textos de comentadores que, apesar de não serem propriamente sobre o comércio, fazem alguma menção a ele e auxiliam na questão proposta a esta comunicação, como por exemplo os supracitados de Aranovich e Lefort.

Palavras-chave: Maquiavel; comércio; república; economia.

REFERÊNCIAS

ARANOVICH, P.F. As armas em Maquiavel. **Revista Crítica Histórica**, Ano VI, n.12, p.1-16, 2015.

DOS REIS, N.H.N. **Hume e Machiavelli: fronteiras e afinidades**. 2010. 315 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FORNAZIERI, A. **Maquiavel e o bom governo**. 2006. 288 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

HUME, D. Da liberdade civil. In: HUME, D. **Ensaaios morais, Políticos & Literários**. Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

LEFORT, C. Maquiavel: a dimensão econômica do político. In: LEFORT, C. **As formas da história**. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena de Souza Chauí. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.141-154.

MACHIAVELLI, N. **Tutte le opere**. A cura di Mario Martelli. Firenze: Sansoni, 1971.

PANCERA, C.G.K. **A representação da crise institucional republicana nos “Discorsi” de Maquiavel**. 2002. 134 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.